



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS V – ESCRITOR JOSÉ LINS DO REGO
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE BACHARELADO EM ARQUIVOLOGIA

FAGNER AUGUSTO LOPES DA SILVA

**POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA: PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA
INSTITUCIONAL**

JOÃO PESSOA

2024

FAGNER AUGUSTO LOPES DA SILVA

**POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA: PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA
INSTITUCIONAL**

Trabalho de conclusão de curso (monografia) apresentado ao Curso de Graduação em Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Arquivologia.

Orientador: Prof. Dr. Ramsés Nunes e Silva

JOÃO PESSOA

2024

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586p Silva, Fagner Augusto Lopes da.
Polícia militar do Estado da Paraíba [manuscrito] : preservação da memória institucional / Fagner Augusto Lopes da Silva. - 2024.
51 p. : il. colorido.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2024.
*Orientação : Prof. Dr. Ramsés Nunes e Silva, Coordenação do Curso de Arquivologia - CCBSA. "
1. Polícia Militar da Paraíba. 2. Memória institucional. 3. Arquivo permanente. 4. Museu da Polícia Militar da Paraíba. I.
Título

21. ed. CDD 025.171

FAGNER AUGUSTO LOPES DA SILVA

**POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA: PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA
INSTITUCIONAL**

Trabalho de conclusão de curso (monografia)
apresentado ao Curso de Graduação em Arquivologia da
Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial
à obtenção do título de Bacharel em Arquivologia.

Aprovado em: 21/06/2024.

Banca Examinadora:


Prof. Dr. Ramsés Nunes e Silva (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof.ª Me. Esmeralda Porfírio de Sales
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof.ª Me. Gerlane Farias Alves
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Este trabalho é dedicado aos meus queridos pais, que sempre me incentivaram pela
busca do conhecimento.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiro a Deus por ter me mantido na trilha certa durante este projeto de pesquisa com saúde e forças para chegar até o final.

Aos meus pais Jose Vicente da Silva e Celia Lopes da Silva que sempre estiveram ao meu lado me apoiando ao longo de toda a minha trajetória.

À minha esposa Danielli Oliveira da Silva pela compreensão e paciência demonstrada durante o período Acadêmico.

Aos meus irmãos Fabricio Jose Lopes da Silva, Fabiano Vicente da Silva e Daniele Lopes da Silva que desde sempre me incentivaram a permanecer na jornada rumo ao conhecimento.

Agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Ramsés Nunes e Souza por aceitar conduzir o meu trabalho de pesquisa.

Também agradeço aos meus colegas de classe que sempre me ajudaram nessa incrível e desafiadora jornada acadêmica.

A todos os meus professores do curso de Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba pela excelência da qualidade técnica de cada um.

A todos que contribuíram direta ou indiretamente para realização desse trabalho.

RESUMO

O tema deste trabalho foi escolhido devido à falta de pesquisas focadas na gestão documental e preservação do patrimônio histórico das forças policiais. Este estudo visa analisar os desafios enfrentados pela Polícia militar do Estado da Paraíba na preservação da sua memória institucional. A pesquisa realizada é de natureza qualitativa, de caráter descritivo e bibliográfico e documental onde se busca compreender a origem e como se dá a preservação do acervo documental da Polícia militar da Paraíba. Concluiu-se que o desenvolvimento de práticas arquivísticas adequadas é essencial para a conservação dos documentos permanentes do Museu da Polícia Militar da Paraíba. A adoção de políticas de preservação, como a criação de manuais e procedimentos escritos que descrevam as práticas de preservação, bem como a documentação de todas as etapas do processo, é fundamental para assegurar a integridade e acessibilidade dos documentos ao longo do tempo. A organização sistemática por fundos preserva a integridade e o contexto dos documentos, facilitando sua recuperação e utilização futura.

Palavras-chave: polícia militar da Paraíba; memória institucional; arquivo permanente; museu da polícia militar da Paraíba.

ABSTRACT

The subject of this work was chosen due to the lack of research into document management and the preservation of the historical heritage of police forces. This study aims to analyze the challenges faced by the Paraíba State Military Police in preserving its institutional memory. The research carried out is qualitative, descriptive, bibliographical and documentary in nature, seeking to understand the origin and how the documentary collection of the Paraíba Military Police is preserved. It was concluded that the development of appropriate archival practices is essential for the preservation of the permanent documents of the Paraíba Military Police Museum. The adoption of preservation policies, such as the creation of written manuals and procedures describing preservation practices, as well as the documentation of all stages of the process, is essential to guarantee the integrity and accessibility of the documents over time. Systematic organization by fund preserves the integrity and context of documents, facilitating their retrieval and future use.

Keywords: Paraíba military police; institutional memory; permanent archive; Paraíba military police museum.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Ata de criação do Corpo das Guardas Municipais.....	18
Figura 2 - Primeiro quartel da Polícia militar da Paraíba	22
Figura 3 - Ata de criação do Corpo das Guardas Municipais da Paraíba	23
Figura 4 - Ata de criação do Corpo das Guardas Municipais da Paraíba.....	24
Figura 5 - Prédio do antigo Departamento de Ordem Política e Social – DOPS do Rio de Janeiro	29
Figura 6 - Decreto que ativa o Museu da polícia Militar do Estado Da Paraíba	34
Figura 7 - Museu da Polícia Militar da Paraíba.....	35
Figura 8 - Armamento utilizado pela PMPB	37
Figura 9 - Armamento utilizado pela PMPB	37
Figura 10 - Fotografias, jornais e livro das atividades militares da PMPB	38
Figura 11 - Documento histórico datado em 31 de dezembro de 1833.....	39
Figura 12 - Documento histórico da PMPB.....	42

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
EARQ-BRASIL	Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos
IHGP	Instituto histórico e geográfico da Paraíba
LAI	Lei de acesso à informação
PMPB	Polícia Militar da Paraíba
SIGAD	Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	JUSTIFICATIVA	11
1.2	PROBLEMA DE PESQUISA	12
1.3	OBJETIVOS	12
1.3.1	Objetivo Geral.....	12
1.3.2	Objetivos Específicos.....	12
2	METODOLOGIA	13
2.1	METODOLOGIA DESCRITIVA, BIBLIOGRÁFICA, ANÁLISE DOCUMENTAL	13
2.2	PASSOS METODOLÓGICOS	13
2.2.1	Revisão Bibliográfica.....	13
2.2.2	Identificação de Fontes Arquivísticas	14
2.2.3	Visitas a Arquivos e Museus	14
2.2.4	Diálogos com Historiadores Locais	15
2.2.5	Análise Documental.....	15
2.2.6	Contribuições da Metodologia.....	16
3	A CONSTITUIÇÃO DOS SISTEMAS POLICIAIS	17
3.1	A POLÍCIA DO IMPÉRIO	17
3.2	A PRIMEIRA REPÚBLICA	19
3.3	O PERÍODO PÓS-1930	19
4	A ORIGEM DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA	21
5	PARTICIPAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DA PARAÍBA EM ALGUMAS REVOLTAS E GUERRAS	26
5.1	GUERRA DO PARAGUAI	26
5.2	REVOLUÇÃO PRAIEIRA	26
5.3	REVOLTA DO RONCO DAS ABELHAS	27
5.4	CAMPANHA DO QUEBRA QUILOS	27
6	A IMPORTÂNCIA DOS ARQUIVOS POLICIAIS PARA A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA DA SOCIEDADE BRASILEIRA	28
7	MUSEU DA POLÍCIA MILITAR COMO RESSIGNIFICAÇÃO DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL	33
8	PROCEDIMENTOS ARQUIVÍSTICOS A SEREM REALIZADOS PARA A PRESERVAÇÃO DOS DOCUMENTOS PERMANENTES DO MUSEU DA PMPB	40
9	CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
	REFERÊNCIAS	49

1 INTRODUÇÃO

A escolha do tema sobre arquivos policiais foi motivada pela identificação de lacunas relacionadas à participação dessa instituição em movimentos sociais e à escassez de estudos específicos sobre os arquivos dessas instituições e sua preservação documental. O foco principal deste trabalho reside no interesse pela atividade policial militar, cuja missão principal é o policiamento preventivo e ostensivo, visando garantir a ordem pública dentro de uma sociedade. Tais deveres estão estabelecidos na Constituição Federal da República do Brasil de 1988 (CF/88), em seu Art. 144, § 5º. Nesse contexto, objetivou-se investigar como a instituição preserva a sua história e como essa preservação contribui para o valor da memória institucional da Polícia Militar.

É relevante esclarecer que, do ponto de vista da historiografia oficial, a origem da Polícia Militar é recente, e o conhecimento histórico sobre esse tema é escasso devido à pouca informação registrada em arquivos oficiais. Em muitos casos, quando há informações, o acesso é negado ao público em geral. Parte dessa problemática começou a ser superada pelo interesse de pesquisadores na participação das polícias militares nos movimentos sociais, envolvendo estudantes, políticos e grupos raciais, na década de 1960 e recentemente pela Lei Federal nº 12.527/2011 – Lei de acesso à informação (LAI).

Em uma visão geral, o termo "polícia" tem origens no grego (politeia) que significa (POLIS= CIDADADE + TEIA = ADMINISTRAÇÃO) resultando no latim a palavra (politia), remetendo ao ato de administrar ou governar uma cidade (Lima, 2000). Nesse sentido, a Polícia Militar desempenha um papel crucial na sociedade, sendo responsável pela manutenção da ordem pública e pela incolumidade das pessoas. A instituição representa o Estado na defesa da paz social, garantindo a observância dos direitos consagrados na Constituição Federal do Brasil (Azevedo, 2017, p. 554).

Dessa forma, o objetivo geral da pesquisa é analisar os desafios enfrentados pela Polícia Militar do Estado da Paraíba na preservação da sua memória institucional. De maneira mais específica, busca-se descrever o surgimento da Polícia Militar no Brasil e no Estado da Paraíba; compreender a importância dos arquivos policiais para a sociedade; e investigar como a Polícia Militar do Estado da Paraíba preserva sua memória institucional utilizando como exemplo o Museu da polícia Militar da Paraíba existente em João Pessoa.

A metodologia utilizada compreende uma pesquisa básica, de abordagem qualitativa e de caráter descritivo, por meio de uma revisão bibliográfica com pesquisa em bancos de dados como o Google acadêmico e em demais fontes como livros e artigos científicos, foi possível

construir o referencial teórico com autores como Le Goff (2003), Paes (2005), Schellenberg (2006), Bellotto (2006), Bretas e Rosemberg (2013), e Flores (2018).

Também foram analisados documentos em arquivos e museus como manuscritos, atas e outros documentos históricos que contam a história da Polícia militar da Paraíba. Acreditamos que essa abordagem proporciona uma visão ampla sobre o surgimento da Polícia Militar no Brasil e no Estado da Paraíba, assim como a utilização de métodos arquivísticos para o resgate da memória institucional da Polícia Militar.

1.1 JUSTIFICATIVA

Acreditamos que a Polícia Militar desempenha um papel de extrema relevância na sociedade, sendo o guardião da paz social, o que justifica a necessidade de estudos aprofundados sobre sua atuação. Ao longo do tempo, a atividade policial foi frequentemente retratada como autoritária, agressiva e despreparada. Contudo, é essencial considerar também a perspectiva de uma polícia comunitária e cidadã, que colabora ativamente com a sociedade para garantir a ordem pública e preservar os direitos e garantias da comunidade.

A escolha do tema Polícia Militar é substancialmente relevante devido à existência de lacunas relacionadas à participação dessa instituição em movimentos sociais. Notou-se uma escassez de estudos específicos sobre os arquivos existentes nessas instituições, abordando como esses documentos são preservados. Portanto, a escolha do tema foi motivada pela carência de pesquisas voltadas para a gestão documental e a preservação do patrimônio histórico das forças policiais.

Outro fator crucial que fundamenta a escolha desse tema é a condição do autor deste trabalho, que é um policial militar vinculado à centenária Polícia Militar do Estado da Paraíba. A motivação pessoal visa compreender o surgimento da instituição e entender os processos envolvidos na preservação do seu patrimônio histórico. Esse contexto proporciona uma perspectiva única e um comprometimento direto com o objeto de estudo.

Assim, este trabalho justifica-se por buscar aprofundar a compreensão sobre a importância da preservação documental dos acontecimentos envolvendo a Polícia Militar do Estado da Paraíba, ressaltando a significativa relevância da utilização de uma gestão documental fundamentada em princípios arquivísticos para salvaguardar o patrimônio histórico dessa instituição quase bicentenária.

1.2 PROBLEMA DE PESQUISA

A justificativa para o problema de pesquisa proposto reside na importância vital de compreender e abordar os desafios enfrentados pela Polícia Militar do Estado da Paraíba na preservação de sua memória institucional. A preservação da memória institucional é fundamental para manter a identidade da Polícia Militar da Paraíba. Ao recuperar sua história, a instituição fortalece seus laços com a comunidade, construindo uma narrativa que contribui para a compreensão de seu papel ao longo do tempo.

O problema de pesquisa aborda questões específicas relacionadas à gestão documental, um aspecto crítico na preservação da memória. Além disso, a consideração da participação da Polícia Militar em movimentos sociais destaca a necessidade de analisar eventos que podem ter impacto significativo na história institucional. Diante da importância da ressignificação da memória institucional perguntamos: **Quais os desafios enfrentados pela Polícia militar do Estado da Paraíba na preservação da sua memória institucional?**

1.3 OBJETIVOS

Segundo Gil (2002), os objetivos de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) são fundamentais para guiar a pesquisa e estabelecer claramente o que se pretende alcançar com o estudo. Nas seções abaixo estão descritos o objetivo Geral e os objetivos específicos dessa pesquisa.

1.3.1 Objetivo Geral

- Analisar os desafios enfrentados pela Polícia militar do Estado da Paraíba na preservação da sua memória institucional.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Descrever o surgimento da Polícia Militar no Brasil e no Estado da Paraíba;
- Compreender a importância dos arquivos policiais para a sociedade;
- Investigar de que forma a Polícia Militar do Estado da Paraíba preserva a memória institucional.

2 METODOLOGIA

A metodologia deve descrever detalhadamente os procedimentos adotados para a realização da pesquisa. Gil (2002) destaca a importância de definir claramente o tipo de pesquisa (exploratória, descritiva ou explicativa), os métodos de coleta de dados (como questionários, entrevistas, observação) e as técnicas de análise dos dados (qualitativas ou quantitativas). Ele enfatiza que a metodologia deve ser coerente com os objetivos do estudo e garantir a validade e a confiabilidade dos resultados obtidos. Além disso, Gil (2002) sugere que o pesquisador justifique a escolha dos métodos e procedimentos utilizados, explicando como eles contribuem para responder às questões de pesquisa

2.1 METODOLOGIA DESCRITIVA, BIBLIOGRÁFICA, ANÁLISE DOCUMENTAL

A pesquisa segue uma abordagem qualitativa, descritiva, bibliográfica, análise documental, buscando a compreensão aprofundada sobre os desafios enfrentados pela Polícia militar do Estado da Paraíba na preservação de sua memória institucional.

2.2 PASSOS METODOLÓGICOS

Segundo Gil (2002) os passos metodológicos envolvem a definição e descrição detalhada das etapas necessárias para conduzir a pesquisa de forma sistemática e organizada. Esses passos são essenciais para garantir a coerência e a validade do estudo.

2.2.1 Revisão Bibliográfica

Com o intuito de conhecer a problemática sobre a área de estudo foi realizada uma pesquisa bibliográfica. Segundo Gil (2002, p. 45), “A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”.

Assim, uma revisão bibliográfica extensa foi conduzida para compreender a historiografia oficial relacionada à Polícia Militar, sua origem, participação em revoltas sociais, e a preservação documental desses eventos sendo utilizados autores como Tavares (1980), Lima (2000) e Bretas e Rosemberg (2013).

De acordo com Gil (2002, p. 45), “A pesquisa bibliográfica também é indispensável nos estudos históricos. Em muitas situações, não há outra maneira de conhecer os fatos passados se não com base em dados bibliográficos”. A análise crítica da literatura existente proporcionou uma compreensão para a elaboração das questões de pesquisa.

2.2.2 Identificação de Fontes Arquivísticas

A pesquisa descritiva envolveu a identificação de fontes arquivísticas relevantes, tanto em arquivos públicos quanto privados, que contém documentos relacionados à origem e à participação da Polícia Militar nas revoltas sociais na Paraíba. Esse processo incluiu a consulta a inventários de arquivos e o contato com os responsáveis por estes centros de documentação. A pesquisa descritiva geralmente envolve a coleta de dados através de técnicas como questionários, entrevistas, observações e análise documental, buscando oferecer uma visão detalhada sobre o objeto de estudo.

Segundo Gil (2008, p. 28) as pesquisas descritivas tem como objetivo a aproximação do objeto estudado e quando o tema é escasso de literatura:

As pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados (Gil, 2008, p. 28).

Sendo assim, as pesquisas descritivas são amplamente utilizadas nas ciências sociais e humanas, onde o objetivo é obter informações sobre as condições ou práticas correntes e elaborar descrições precisas do que está sendo investigado. É um método valioso para desenvolver hipóteses e teorias, bem como para identificar problemas ou questões que necessitam de soluções.

2.2.3 Visitas a Arquivos e Museus

Visitas a arquivos¹ e o museu da Polícia Militar do Estado da Paraíba, foram realizadas para acesso direto às fontes documentais e materiais de preservação institucional. Essas visitas

¹ Arquivo Histórico Waldemar Duarte e Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba, ambos localizados em Joao Pessoa -PB.

permitiram a observação in loco das práticas de preservação e exposição do patrimônio histórico da instituição. De acordo com Gil (2002, p. 53).

[...] a pesquisa é desenvolvida por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar suas explicações e interpretações do que ocorre no grupo. Esses procedimentos são geralmente conjugados com muitos outros, tais como a análise de documentos, filmagem e fotografias.

Desse modo a pesquisa de campo proporciona uma aproximação do objeto de pesquisa proporcionando uma compreensão mais aprofundada e realista dos fenômenos investigados.

2.2.4 Diálogos com Historiadores Locais

Diálogos foram conduzidas com historiadores locais especializados na história da Polícia Militar da Paraíba. Esses profissionais forneceram informações adicionais sobre a disponibilidade de documentos, desafios na preservação e suas perspectivas sobre a importância da memória institucional.

2.2.5 Análise Documental

A análise documental compreende a avaliação crítica e a interpretação dos documentos identificados. Esse processo envolve a contextualização histórica e arquivística, buscando compreender o papel da Polícia Militar nas revoltas sociais e como esses eventos foram registrados e preservados ao longo do tempo. Essa pesquisa foi realizada em fontes primárias constantes no Arquivo Histórico Waldemar Duarte, Instituto Histórico e Geográfico Paraibano-IHGP e o museu da Polícia militar da Paraíba. Nesse sentido, Gil (2002, p. 46) explica que:

[...] na pesquisa documental, as fontes são muito mais diversificadas e dispersas. Há, de um lado, os documentos "de primeira mão", que não receberam nenhum tratamento analítico. Nesta categoria estão os documentos conservados em arquivos de órgãos públicos e instituições privadas, tais como associações científicas, igrejas, sindicatos, partidos políticos etc. Incluem-se aqui inúmeros outros documentos como cartas pessoais, diários, fotografias, gravações, memorandos, regulamentos, ofícios, boletins etc.

A pesquisa documental, conforme Lakatos e Marconi (2001), é aquela que utiliza fontes primárias, sejam elas escritas ou não, tais como documentos de arquivos públicos e privados, fotografias, material cartográfico, entre outros. Segundo as autoras, “a característica da pesquisa

documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois” (Lakatos; Marconi, 2001, p. 174).

2.2.6 Contribuições da Metodologia

A pesquisa bibliográfica e descritiva de abordagem qualitativa proporciona uma compreensão aprofundada da origem da Polícia Militar no Brasil e na Paraíba, considerando não apenas os documentos, mas também o contexto institucional e as práticas de preservação. Essa metodologia busca preencher lacunas na historiografia oficial e contribuir para uma compreensão mais completa do papel histórico da instituição.

Em resumo, a abordagem qualitativa na pesquisa bibliográfica e descritiva não apenas enriquece o conhecimento acadêmico sobre a Polícia Militar da Paraíba, mas também fortalece sua relevância histórica e cultural. Ao integrar análise documental detalhada com uma compreensão do contexto institucional e das práticas de preservação, essa metodologia promove uma visão mais completa e crítica do papel da instituição na sociedade paraibana ao longo dos séculos.

3 A CONSTITUIÇÃO DOS SISTEMAS POLICIAIS

Inicialmente, a atuação das polícias no Brasil estava voltada para o patrulhamento das cidades, estradas rurais e na captura de escravos fugidos. Essa percepção da origem das polícias no Brasil torna-se mais evidente com a chegada da família real no país, como afirmam Bretas e Rosenberg: "A historicidade da polícia no Brasil é marcada mais pelo momento 1808, a transmigração da família real portuguesa, do que por contatos com o século XVIII " (Bretas; Rosenberg, 2013, p. 167).

Assim, os primeiros cargos policiais foram criados durante a chegada da Coroa Portuguesa ao Brasil, com o objetivo de garantir a segurança da comitiva real portuguesa que se instalava na colônia brasileira, conforme observado nos relatos de Bretas e Rosenberg (2013, p. 166):

É o momento em que a datação tradicional consagra a criação tanto da Intendência Geral de Polícia (1808) como da Guarda Real de Polícia (1809), ponto de fundação da Polícia brasileira. São os primeiros organismos públicos a carregarem em seu nome a concepção de polícia, nos obrigando a refletir sobre os conteúdos históricos e os nexos dessas definições.

O primeiro responsável pela Intendência da Polícia Geral foi Paulo Fernandes Vianna, o qual dirigiu a Polícia Geral até o ano de 1820. Sua atuação estava voltada para a preservação da ordem pública, seguindo um modelo francês de polícia, conforme indicam Bretas e Rosenberg.

3.1 A POLÍCIA DO IMPÉRIO

A polícia do império exercia suas atividades tendo como objetivo principal o controle social e a repressão da população pobre e negra, incluindo os escravos libertos. Sua principal função estava relacionada à dominação da elite branca em detrimento dos interesses de uma sociedade mais ampla, composta por indivíduos de condições econômicas menos favorecidas. Essa característica da polícia do Império como opressora e violenta é relatada pelo Capitão da Polícia Militar do Estado da Paraíba, Fábio França, que, segundo ele, ainda percebe que essa herança deixada pela polícia do império persiste até hoje nas polícias do século XXI.

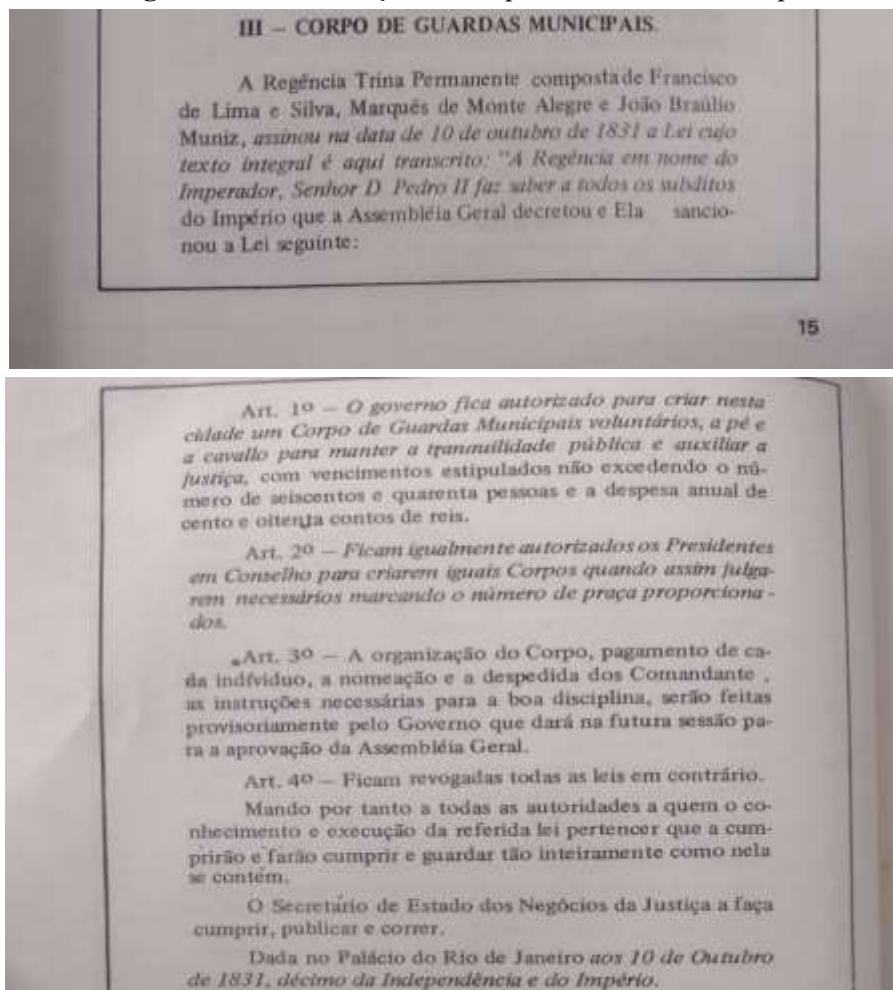
[...] Quando a família real veio para o Brasil, montou o primeiro aparato de segurança pública do país. Já em 1831, as guardas municipais permanentes foram criadas. À época, a ideia era a elite branca controlar a grande maioria de escravizados, alforriados, fugitivos e brancos pobres. Não era permitido, por exemplo, reuniões de

três a cinco pessoas de pele negra. Elas poderiam ser presas ou açoitadas por isso. A polícia foi, obviamente, criada para controlar a população negra e pobre. Isso é um fato que ninguém aceita no campo da Polícia Militar, até porque eles nem sabem disso (França, 2021).

Ainda de acordo com Bretas e Rosemberg (2013), foram encontradas algumas informações a respeito do surgimento da polícia militar entre os séculos XIX e XX, onde, basicamente, sua função estava em garantir que as oligarquias permanecessem no poder, controlando a população e mantendo uma força policial também no interior, considerada despreparada e com ações violentas sem nenhum controle.

Tavares (1980) confirma a criação do Corpo das Guardas Municipais em 10 de outubro de 1831, quando a Regência Trina Permanente assinou a Lei conforme o texto transcrito.

Figura 1 - Ata de criação do Corpo das Guardas Municipais



Fonte: Tavares (1980)

Na Figura 1, apresentamos a ata de criação do Corpo das Guardas Municipais do Brasil. Este documento histórico formaliza a fundação das Guardas Municipais, detalhando os objetivos, as responsabilidades e os principais envolvidos na criação desta força de segurança.

3.2 A PRIMEIRA REPÚBLICA

No período republicano, houve mais estudos acerca da criação das forças policiais, isso devido à formação de um Estado repressivo que utilizava a polícia como meio de garantir seus interesses frente a grupos sociais, como afirmam Bretas e Rosemberg (2013, p. 170):

[...] o período da implantação da república foi o foco de atração da historiografia renovadora dos anos 1980, como foco de uma busca pela modernidade através de um modelo repressivo de Estado. Talvez por isso tenha sido também o período que atraiu uma parte significativa dos estudos sobre a polícia.

Nesse período, a polícia desempenhava atividades que, de certa forma, estavam mais presentes na sociedade, o que trouxe maior notoriedade a essa função policial. De acordo com Bretas e Rosemberg (2013), essa rotina policial introduziu um contexto social na sociedade da época, testemunhando a formação de uma polícia que seguia regras, leis e regulamentos. Essas características fizeram com que a polícia fosse incorporada à vida da sociedade. Bretas e Rosemberg (2013, p. 171) são enfáticos ao afirmar que "Esse policiamento como rotina faz com que uma atenção maior seja dada à figura do policial. Ele vai deixando de ser um ator histórico para ser também objeto de uma representação, fazendo cada vez mais presença na cultura local."

Policiais passam a aparecer em canções e peças teatrais, constituindo-se em personagem, permitindo uma abordagem diversa da questão e talvez interagindo com o lugar destes policiais na sociedade, cada vez mais marcado por essas imagens sobre as quais não têm controle e que terminam por ter impacto sobre os procedimentos públicos em relação aos policiais (Bretas; Rosemberg, 2013, p. 171).

Nesse contexto, a polícia passa a fazer parte da vida da sociedade através das histórias policiais contadas em livros e em outros meios de divulgação, o que estabelece uma relação estreita entre a sociedade e essa atividade.

3.3 O PERÍODO PÓS-1930

De acordo com Bretas e Rosemberg (2013), no período pós-1930, poucos estudos foram encontrados sobre as atividades policiais dessa época, o que evidencia uma grande lacuna na

história da polícia brasileira nesse período. A política passa a ter uma enorme influência na polícia, o que faz com que ela seja chamada de polícia política:

Infelizmente, o estudo da polícia após 1930 é ainda incipiente. A atividade de polícia política ganha enorme destaque num momento em que a historiografia como um todo passa a privilegiar as questões políticas. Isso repete um comentário de um chefe de Polícia do Rio de Janeiro nos anos 1920, que afirmava e a atividade de polícia política fazia com que a Polícia deixasse de lado as tarefas usuais. Pouco conhecemos sobre o policiamento no pós-1930 (Bretas; Rosemberg, 2013, p. 172).

Para Carneiro (2005), nesse período, o Estado exercia controle total sobre a polícia, cujo objetivo central era reprimir aqueles que possuíam posições ideológicas contrárias ao governo. Para silenciar esses opositores, o Estado criava narrativas de que eram inimigos do Estado e, conseqüentemente, deveriam ser presos e punidos. O combate estatal ocorria através da repressão e da criação de leis que legitimavam as ações arbitrárias do governo, como a Lei de Segurança Nacional, o Estado de Sítio, o Estado de Guerra e o Tribunal de Segurança Nacional.

Segundo Carneiro (2005), os arquivos desse período preservam a memória da resistência daqueles que não se submeteram aos abusos e arbitrariedades cometidos pelo Estado, simplesmente por discordarem das ideias e ideologias das classes dominantes.

Preservados segundo os códices temáticos e nominais adotados por este órgão de segurança do Estado, estes acervos – ainda que “lapidados” – extrapolam o simples conceito de memória institucional. Ali podemos encontrar significativos documentos para a reconstituição da história da censura e da repressão no Brasil, além de múltiplos registros, que podem nos levar a identificar os grupos de resistência ao autoritarismo e as minorias nacionais perseguidas enquanto indesejáveis (Carneiro, 2005).

Desse modo, percebemos que a historiografia brasileira deu maior atenção a outros temas, como a história política, econômica e social, relegando o estudo das instituições policiais a um segundo plano. Questões relacionadas ao desenvolvimento político, às mudanças econômicas e aos movimentos sociais muitas vezes foram priorizadas pelos historiadores. A polícia política no Brasil refere-se às forças de segurança do Estado encarregadas de monitorar, controlar e reprimir atividades políticas consideradas subversivas ou ameaçadoras à ordem estabelecida.

4 A ORIGEM DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA

A história das polícias militares no Brasil remonta ao século XIX, durante o período imperial. As primeiras polícias militares foram criadas com o intuito de garantir a ordem pública e manter a estabilidade política do país. Inspiradas em modelos europeus, essas instituições tinham como função principal a preservação da ordem interna, o policiamento ostensivo, preventivo e a proteção das instituições governamentais.

Lima (2000), explica que durante o período do Governo de D. Pedro I, os Presidentes das Províncias não contavam com um órgão específico para auxiliá-los na manutenção da ordem pública. As únicas organizações militares permanentes nas Províncias eram as Tropas de Linha, subordinadas diretamente ao Ministro da Guerra. Por volta de 1830, com a abdicação de D. Pedro I e a menoridade de D. Pedro II, o Império passou a ser governado por Regentes, que não eram amplamente aceitos pela população como legítimos governantes.

Isso desencadeou uma série de movimentos sociais em todo o país, como a Balaiada no Maranhão, a Sabinada na Bahia e a Guerra dos Farrapos no Rio Grande do Sul, entre outros. Além de representar uma ameaça à integridade do Império e à sua unidade territorial, esses movimentos também colocavam em risco a ordem pública, principalmente na capital, Rio de Janeiro.

Diante desse cenário, o Ministro da Justiça, Padre Antônio Diogo Feijó, sugeriu à Regência a criação de um Corpo de Guardas Municipais Permanentes no Rio de Janeiro, com o objetivo de preservar a ordem pública naquela província. A proposta de Feijó foi aceita, e em 10 de outubro de 1831, por meio de Decreto Regencial, o Corpo de Guardas Municipais Permanentes do Rio de Janeiro foi estabelecido. No mesmo decreto, os Presidentes das demais Províncias receberam autorização para criar suas próprias Guardas.

A estrutura e as funções da Polícia Militar foram moldadas ao longo do tempo, refletindo as mudanças políticas e sociais ocorridas no Brasil. Durante o período republicano, a Polícia Militar passou por diversas transformações, mas manteve sua missão principal de servir à sociedade por meio do policiamento ostensivo e da preservação da ordem.

De acordo com Lima (2000), a Polícia Militar da Paraíba, assim como as demais Polícias Militares no Brasil, tem suas origens historicamente ligadas à época do Império. A Polícia Militar da Paraíba foi oficialmente criada em 1832, durante o reinado de Dom Pedro II. A instituição foi inicialmente estabelecida como Força Pública da Província da Paraíba, com o objetivo de manter a ordem pública, garantir a segurança interna e preservar os interesses do governo imperial.

A região da Paraíba enfrentou dificuldades e falta de interesse imediato na criação de sua própria guarda. Logo após, o Padre Galdino da Costa Vilar assumiu a Presidência do Estado e, percebendo a urgente necessidade de manter a ordem pública, agiu prontamente para estabelecer um órgão com essa finalidade. Devido à ausência de autonomia das Províncias naquela época, a criação da Guarda Municipal foi discutida no Conselho Provincial, cujas decisões eram registradas através da Consignação de Resoluções nos livros de atas.

Foi então que, em 3 de fevereiro de 1832, surgiu o Corpo de Guardas Municipais Permanentes da Paraíba. Sob o comando de Francisco Xavier de Albuquerque, designado Capitão pelo Presidente da Província, e contando com um efetivo de 50 homens, sendo 15 a cavalo e 35 a pé, essa nova instituição foi oficialmente estabelecida em 23 de outubro de 1832. O quartel inicialmente utilizado foi o antigo convento, hoje o Palácio do Arcebispado, localizado na Praça Dom Adauto, no centro da capital paraibana. As primeiras responsabilidades incluíam a guarda da cadeia e rondas no centro da cidade (Lima, 2000).

Figura 2 - Primeiro quartel da Polícia militar da Paraíba



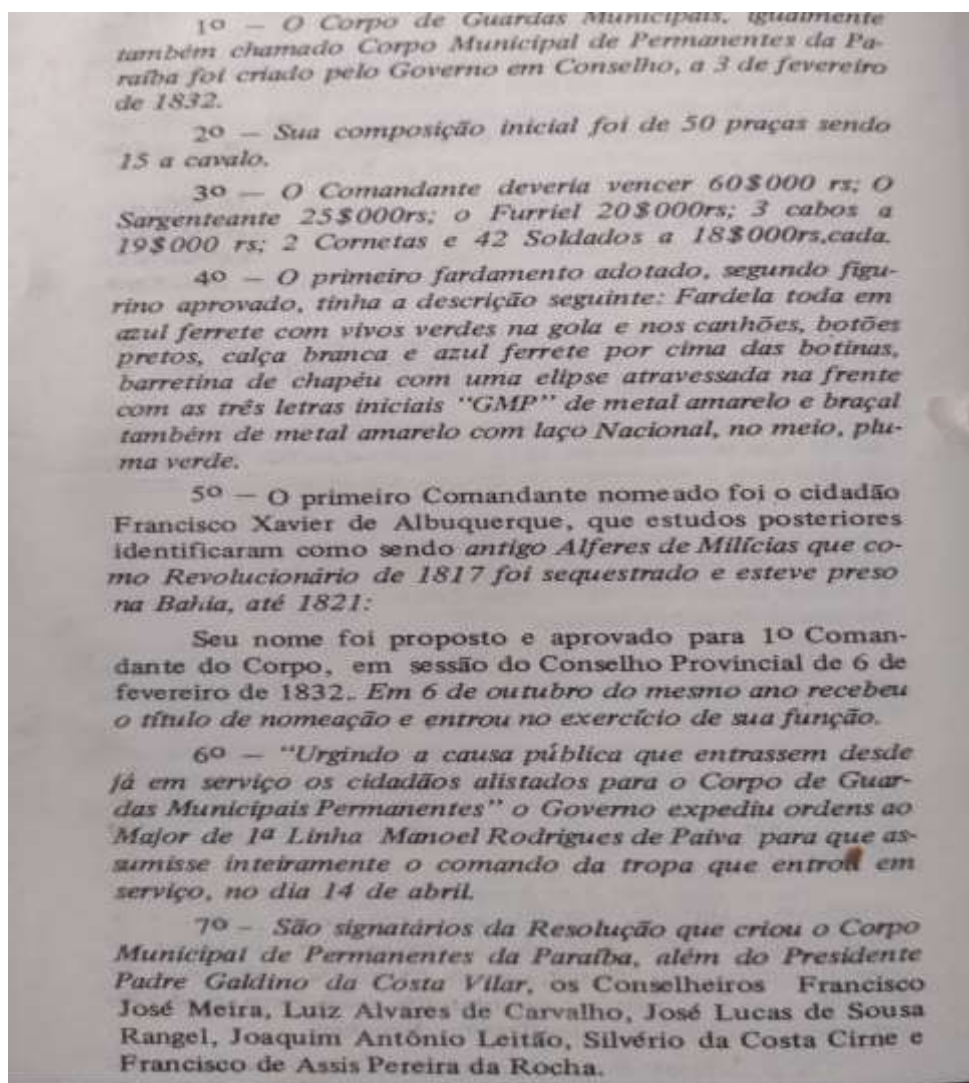
Fonte: Tavares (1980)

Na Figura 2, temos o primeiro quartel da Polícia Militar do Estado da Paraíba, localizado na Praça Dom Adauto, no centro da capital paraibana, João Pessoa. Este prédio é um marco histórico e arquitetônico importante, não apenas pela sua função exercida para a segurança pública na época, mas também pela sua relevância na história e no desenvolvimento urbano da cidade. A localização na Praça Dom Adauto colocava o quartel em uma posição central e

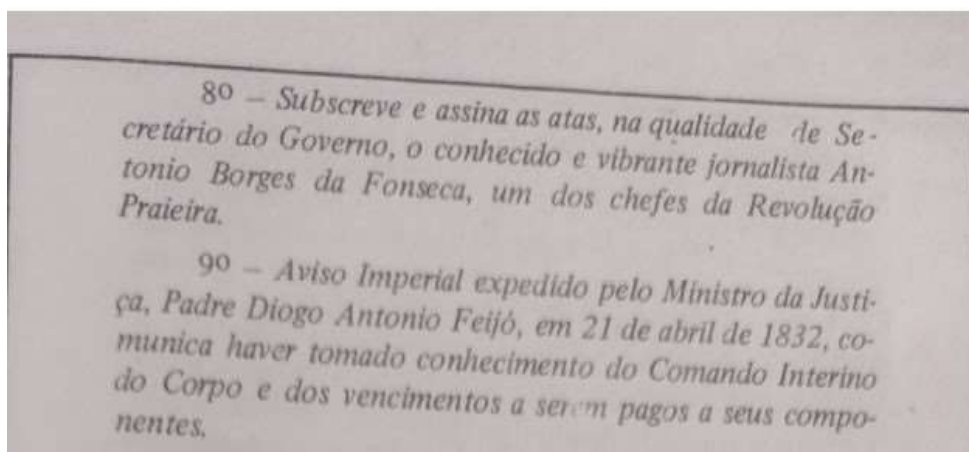
estratégica, o que reflete a importância da instituição na vida cotidiana dos cidadãos e na preservação da ordem pública.

Tavares (1980) confirma a criação da PMPB em 3 de fevereiro de 1832, quando o Padre Galdino da Costa Vilar assumiu a presidência da província. Preocupado com as agitações políticas da época, ele convocou o conselho provincial e foi decidido a criação do Corpo de Guardas Municipais, conforme registrado na ata do conselho.

Figura 3 - Ata de criação do Corpo das Guardas Municipais da Paraíba



Fonte: Tavares (1980)

Figura 4 - Ata de criação do Corpo das Guardas Municipais da Paraíba

Fonte: Tavares (1980)

Nas Figuras 3 e 4, apresentamos a ata de criação do Corpo das Guardas Municipais da Paraíba. Este documento histórico marca o estabelecimento formal das Guardas Municipais no estado, destacando a data de fundação, os objetivos iniciais, e os principais envolvidos na criação desta força de segurança.

A PMPB ao longo da sua história recebeu várias denominações até chegar na atual denominação de Polícia Militar do Estado da Paraíba.

Quadro 1 – Denominações da PMPB

Criada com a denominação de Corpo de Guardas Municipais Permanentes, esta Corporação recebeu, ao longo de sua história, diversos outros nomes, como se ver a seguir:	
1832	CORPO DE GUARDAS MUNICIPAIS PERMANENTES
1835	FORÇA POLICIAL
1892	CORPO POLICIAL
1892	CORPO DE SEGURANÇA
1896	BATALHÃO DE SEGURANÇA
1908	BATALHÃO POLICIAL
1912	FORÇA POLICIAL
1931	REGIMENTO POLICIAL MILITAR
1932	FORÇA PÚBLICA
1935	POLÍCIA MILITAR
1940	FORÇA POLICIAL
1947	POLÍCIA MILITAR

Fonte: Lima (2000, p. 18)

A Polícia Militar da Paraíba (PMPB), assim como em outros estados brasileiros, desempenha um papel fundamental na segurança pública, atuando em conjunto com outras

forças de segurança para garantir a tranquilidade e a proteção dos cidadãos, conforme está previsto na Carta Magna (Brasil, 1988). A história da instituição é marcada por desafios, evoluções e adaptações às demandas contemporâneas, refletindo o contexto específico de cada região do país. Nesse sentido, a Polícia Militar da Paraíba tem a responsabilidade, em conjunto com outros órgãos da segurança pública, conforme o Art. 144 da Carta Magna:

A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

- I – polícia federal;
- II – polícia rodoviária federal;
- III – polícia ferroviária federal;
- IV – Polícias civis;
- V – polícias militares e corpos de bombeiros militares.

A formação da Polícia Militar da Paraíba (PMPB) seguiu a tendência nacional, estabelecendo-se no contexto das transformações políticas e sociais do Brasil no século XIX. Atualmente a estrutura da PMPB segue Constituição do Estado da Paraíba promulgada em 05 de outubro de 1989 conforme seu art. 48:

A Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar do Estado da Paraíba, forças auxiliares e reservas do Exército, são instituições permanentes e organizadas com base na hierarquia e na disciplina.

§ 1º Caberá à Polícia Militar do Estado da Paraíba, comandada por oficial do último posto da ativa da Corporação, nomeado para exercer, em comissão, o cargo de Comandante-Geral da Polícia Militar, executar, em harmonia e cooperação com outros órgãos:

- I - a polícia ostensiva em todas as suas formas;
- II - as ações de preservação da ordem pública;
- III - as atividades de defesa civil;
- IV – a assistência e o auxílio às pessoas que necessitem de socorro e orientação;
- V – a segurança pessoal do Governador e do Vice-Governador, bem como de seus familiares e dos locais de trabalho e de residência por eles utilizados;
- VI – a assessoria militar às Presidências dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Tribunal de Contas do Estado, do Ministério Público Estadual, da Defensoria Pública, bem como à Prefeitura Municipal da Capital do Estado;
- VII – outras atividades compatíveis com seus objetivos, constantes em lei.

Desse modo, essa mudança na estrutura política e administrativa teve reflexos na organização das forças de segurança no Brasil e contribuiu para a formação das bases da polícia no país.

5 PARTICIPAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DA PARAÍBA EM ALGUMAS REVOLTAS E GUERRAS

A participação da Polícia Militar da Paraíba em guerras e revoltas ao longo das épocas teve diversas implicações importantes para a sociedade. Ao combater revoltas e insurreições, a Polícia Militar contribuiu para a defesa do Estado de Direito e da justiça social. Esses eventos históricos contribuem para a valorização da Polícia Militar da Paraíba como órgão responsável pela manutenção da ordem pública e pela proteção dos direitos da sociedade.

5.1 GUERRA DO PARAGUAI

Em 1864, Solano López, ditador do Paraguai, almejava expandir o território do país. Para tal, precisava ocupar parte do território do Brasil e da Argentina. Para concretizar seu plano, reuniu um exército com mais de 80 mil homens, contando também com a participação de índios para aumentar o efetivo e alcançar a vitória (Lima, 2000).

Segundo Lima (2000), tropas de 1ª linha da Paraíba foram requisitadas para a guerra no Rio Grande do Sul. Em 1864, o Ministro da Guerra Henrique de Beaurepaire Rohan determinou que ficassem em prontidão na capital João Pessoa e fossem enviadas para o forte de Cabedelo, embarcando no navio com destino ao Rio de Janeiro para se juntar a outras tropas de diferentes províncias.

Em 1865, o imperador criou os Corpos de Voluntários da Pátria para recrutar voluntários de cada província e compor a Guarda Nacional, participando da guerra. A Paraíba alistou cerca de 562 Praças, formando o primeiro batalhão de voluntários da região, concentrado no Porto de Capim e partindo de barco até o Porto de Cabedelo, com destino ao Rio de Janeiro.

5.2 REVOLUÇÃO PRAIEIRA

Durante a Revolução Praieira em 1848, marcada pela disputa de poder entre os partidos Liberal e Conservador em Pernambuco, o partido Conservador assumiu o controle político, iniciando uma série de críticas aos seus oponentes. Isso gerou um clima de tensão entre os partidos, com destaque para o apoio do Jornal Diário Novo, localizado na Rua da Praia em Recife, ao partido Liberal na tentativa de depor o presidente da Província, Herculano Ferreira, substituído logo após em Dezembro de 1848, por Manoel Vieira Tosta. Tosta, por sua vez,

reprimiu violentamente os revoltosos, resultando em conflitos e mortes em Recife, incluindo a do deputado Nunes Machado, idealizador do movimento.

A força policial paraibana desempenhou um papel relevante no contexto político e social da época. Segundo Lima (2000), a participação da polícia da Paraíba nesse conflito foi marcada pela repressão aos revoltosos e pelo apoio ao governo central. As tropas policiais foram mobilizadas para conter os insurgentes e manter a ordem pública, apoiando as autoridades na repressão aos movimentos revolucionários. A atuação da polícia foi fundamental para o controle da situação e para a preservação da ordem estabelecida, contribuindo para o desfecho do conflito.

5.3 REVOLTA DO RONCO DAS ABELHAS

A Revolta do Ronco da Abelha, ocorrida em 1850, foi um movimento popular que teve início na Paraíba e se espalhou por outras regiões do Nordeste. Seu nome é uma referência ao som dos cabaços, usados como instrumentos de convocação dos moradores para aderirem à revolta.

O movimento foi motivado pela insatisfação da população com o novo sistema de Registro de Nascimento e Óbito, estabelecido pela Lei nº 586, de 6 de setembro de 1850. Esta lei exigia que o registro de nascimentos e óbitos fosse feito em até 24 horas, gerando o temor de que isso fosse utilizado para controlar ou escravizar a população pobre e livre, mal informada sobre os propósitos do registro.

5.4 CAMPANHA DO QUEBRA QUILOS

A Revolta do Quebra-Quilos na Paraíba em 1874 foi influenciada por diversos fatores, como destacado por Lima (2000). Um deles foi a resistência da população local à nova política de cobrança de impostos, que passou a exigir o pagamento com base no peso dos produtos comercializados, em contraste com o sistema anterior baseado em medidas de alqueires. Essa mudança causou grande insatisfação entre os agricultores e camponeses, principalmente os mais pobres, que se sentiram sobrecarregados com o aumento dos tributos.

Além disso, a introdução do sistema métrico e o controle rigoroso do peso dos produtos afetaram as práticas tradicionais de trocas e vendas na região, prejudicando ainda mais a população rural. Esses elementos contribuíram para o descontentamento geral e o surgimento da revolta contra a nova política tributária.

Alguns desses acontecimentos estão expostos no Museu da PMPB como forma de valorizar a memória institucional da Polícia Militar da Paraíba.

6 A IMPORTÂNCIA DOS ARQUIVOS POLICIAIS PARA A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA DA SOCIEDADE BRASILEIRA

Segundo Bretas e Rosemberg (2013), o interesse sobre o tema POLÍCIA no Brasil, e em especial no campo acadêmico, é bastante recente. Porém, nos últimos 20 anos, houve um crescente interesse por parte dos pesquisadores e estudiosos a respeito do tema. Isso se deve às manifestações sociais, estudantis e questões raciais que, de certa forma, envolvem as polícias como participantes desses movimentos. Os autores afirmam que até 1960 existia pouca informação oficial sobre o tema, apenas algumas informações repassadas pelos policiais antigos da época que narravam fatos relacionados à atividade policial, o que dificultava os trabalhos de pesquisa.

De outro modo Bretas e Rosemberg (2013), afirmam que existem duas linhas diferentes que tentam explicar a atuação das polícias no Brasil: uma liberal que tenta explicar que a atuação policial é necessária para garantir o progresso moderno; e outra marxista que explica que a polícia é um instrumento criado pelo Estado e pela Burguesia para garantir que seus interesses sejam garantidos usando a repressão e opressão aos mais pobres.

Diante dessa imagem negativa construída ao longo do tempo de uma Polícia truculenta, repressiva e despreparada, sobretudo no período do regime militar, talvez seja um fator primordial para que os universitários tenham aversão ao tema e, por isso, não haja muita pesquisa acadêmica a respeito da atividade policial no Brasil.

Nesse período do regime militar, as polícias eram totalmente ligadas à política, e por isso, eram conhecidas como polícia política subordinada aos interesses da classe dominante e dos políticos da época, onde a preocupação maior estava em atender aos interesses desses políticos, mesmo que para isso usasse da força e da repressão para garantir tais interesses esses fatos contribuíram para a criação de uma imagem negativa da polícia em geral.

Um ponto importante para explicar a atuação da polícia política foi a abertura dos arquivos do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Esses arquivos continham informações relevantes sobre a atuação das polícias contra os movimentos sociais e populares contrários à forma de governo da época. Esses arquivos representam a prova fiel do controle social que a atividade policial exercia nesses movimentos, inclusive, utilizando a repressão e tortura como forma de garantir a ordem pública, explicam Bretas e Rosemberg (2013).

Nessa perspectiva, podemos afirmar que a polícia política foi criada para atender a uma classe dominante que, por sua vez, não admitia o contraditório, novos pensamentos e ideias. Para isso, utilizou-se da máquina pública através da repressão para construir narrativas do que seria correto e incorreto, a fim de manipular a sociedade para que estes se submetessem às ordens do Estado.

Para Carneiro (2005), a abertura dos arquivos policiais nos possibilita entender a importância da preservação desses documentos para a memória da sociedade e explicar um período em que as liberdades individuais foram amplamente desrespeitadas. Isso permite compreender como o braço repressivo do Estado agia nesse período, mas, principalmente, possibilita narrar a história de resistência daqueles que não se submetiam aos abusos cometidos pelo Estado, dando voz às vítimas da perseguição política e ideológica.

Figura 5 - Prédio do antigo Departamento de Ordem Política e Social - DOPS do Rio de Janeiro



Fonte: Museu da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, 2023.

Na Figura 5, apresentamos o registro do antigo prédio do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Este prédio, que desempenhou um papel significativo durante um período turbulento da história brasileira, abrigava as operações do DOPS, uma agência governamental encarregada de monitorar e reprimir atividades consideradas subversivas ou contrárias ao regime político da época. A arquitetura e localização do edifício são testemunhas silenciosas de um passado marcado pela vigilância e controle político. Hoje, esse registro serve como um importante ponto de reflexão sobre os direitos humanos, a democracia e a memória histórica do país.

A dificuldade em pesquisar mais profundamente o tema sobre polícia está centrada no acesso aos arquivos policiais. Isso ocorre, primeiramente, pela falta de uma gestão documental com princípios arquivísticos e, em segundo momento, pela negativa do acesso a esses

documentos por parte das instituições policiais. O acesso aos arquivos policiais só foi possível a partir da democratização de 1980 com a transferência documental para outras instituições que passaram a ter a responsabilidade pela preservação documental desses documentos. Os arquivos mais comuns e que demandam uma maior procura são os arquivos da polícia política (Pereira, 2014).

As instituições policiais produzem bastante informações sobre as suas atividades relativas ao seu cotidiano. São documentos relacionados às escalas de serviço, escala de férias, licenças médicas, procedimentos administrativos, procedimentos operacionais, inquéritos policiais e muitos outros. Essa documentação é essencial para que a atividade policial seja realizada com mais eficiência e eficácia, porém, essa informação ainda não é tratada com o devido valor, pois seus arquivos ainda se encontram em pequenas salas cheias de documentação sem nenhum tipo de gestão documental que possibilite o acesso.

De acordo com Bretas e Rosemberg (2013), a presença da polícia se fez mais notada pela repressão ordenada pelo Estado aos grupos mais vulneráveis da época (século XIX), o que fez com que a atividade policial tivesse essa imagem repressora diante da sociedade. A principal atividade policial era tentar inibir movimentos sociais contrários ao governo e também atividades que eram tidas como subvertidas aos princípios e costumes da época, sendo proibidas algumas manifestações culturais, cultos e festas.

As lutas sociais tiveram um papel importante para a formação da sociedade brasileira, mas esses embates contra o Estado brasileiro revelaram muitas mais derrotas do que vitórias, de acordo com os autores. A atividade policial estava mais voltada para as relações dos homens livres do que da relação com escravos do século XIX. A preocupação agora era a classe trabalhadora que estava em formação nas cidades.

O embate e a resistência diante da opressão policial e do Estado não tinham seu foco no trabalho escravo que caracteriza o século XIX brasileiro — onde o conflito era na esfera da propriedade, senhores contra escravos —, mas no espaço do mundo dos homens livres das cidades, embrião de uma classe trabalhadora em formação (Bretas; Rosemberg, 2013, p. 166).

Diante dessas afirmações, a pesquisa sobre a atividade policial tornou-se bastante interessante do ponto de vista social. A questão central era compreender de que forma esse trabalho afetava as pessoas mais pobres e como isso impactava suas vidas na sociedade. Quem eram essas pessoas que faziam parte do efetivo policial? Como agiam e de que forma? Essas pesquisas frequentemente esbarravam na falta de informações sobre essa relação entre polícia e sociedade, o que evidencia a preocupação pela preservação da memória dos acervos policiais:

Essa investigação começou a ser feita por alguns pesquisadores, revelando fontes até então inexploradas e bastante ricas. Ao mesmo tempo foi se revelando a precariedade do conhecimento que se tinha — ainda se tem — da Polícia, tanto em sua organização formal, os códigos legais que a regiam e que comportavam enormes variações regionais que só desapareceriam a partir da década de 1930, quanto nas práticas cotidianas, mais ou menos relacionadas com esses códigos legais (Bretas; Rosemberg, 2013, p. 166).

Ainda em relação às pesquisas relacionadas à atividade policial, os pesquisadores afirmam que o interesse principal era compreender a dominação exercida pelas polícias e investigar a vida dos policiais, conforme explicam Bretas e Rosemberg (2013, p. 166):

As abordagens da história da Polícia parecem ainda obedecer a estas duas tensões; por um lado, entre uma história da dominação em que a polícia é instrumento e uma história onde o exercício da dominação pela e na polícia se apresenta como um problema; por outro, entre uma história da polícia onde as questões que realmente interessam estão fora dela e uma história mais diretamente ligada à vida policial.

Sobre a formação da atividade policial podemos destacar duas formas de pesquisa sobre o tema, uma cronológica e outra regional de acordo com Bretas e Rosemberg (2013, p. 166):

Cronológica, que nos faz pensar como a ideia e a prática de policiamento vão experimentando diferentes sentidos ao longo dos séculos, começando com uma indagação sobre as formas que poderíamos chamar de pré-policiais no século XVIII, quando a instituição ainda não existe, mas a ideia já está presente. Regional, pela necessidade de reconhecer inúmeras diferenças históricas, geográficas e culturais que constituem o chamado Brasil.

Segundo Bertonha (1995), as pesquisas relacionadas com as forças policiais em geral eram pouco exploradas, isso devido às questões relacionadas à forma repressiva que essa instituição usava para garantir os interesses do Estado em detrimento da sociedade. No entanto, esses acontecimentos são interessantes do ponto de vista histórico para entender a formação da sociedade brasileira do século XX e como essa memória foi conservada.

Nesse contexto, os arquivos do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) despertavam um maior interesse pelos historiadores. No entanto, nem todos os arquivos tinham seus acessos permitidos, o que dificultava os estudos acerca dos fatos ocorridos nesses períodos. Outros arquivos foram destruídos sem nenhuma explicação. Segundo Bertonha (1996), em 1991, os arquivos de São Paulo e Rio de Janeiro foram transferidos para arquivos estaduais e finalmente liberados para consulta pública.

Esses arquivos possuem uma grande quantidade de informação a respeito do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS): são mais de 1,5 milhões de fichas e 200 mil

pastas, afirma Bertonha (1996). Todo esse acervo necessita de uma atenção especial no que se refere à preservação arquivística devido à sua grande importância para a memória dos fatos ocorridos nesse período.

A gestão documental dos arquivos do DOPS se diferencia de Estado para Estado conforme afirma Bertonha (1996, p. 194):

O tratamento arquivístico desses acervos parece diferir de estado para estado. No Dops de São Paulo, por exemplo, a principal maneira de recuperar informação até os anos 40 é através dos prontuários individuais, onde se concentram os documentos. Depois de 1940 e especialmente no pós-1964, o Dops se sofisticou e o sistema de coleta de informações se altera, com maior ênfase nas pastas temáticas, dossiês, etc... Já o Dops do Rio sempre enfatizou mais as pastas temáticas, com os prontuários sendo menos importantes.

Existe também diferença na forma de acesso a estes arquivos conforme explica Bertonha (1996, p. 194):

Também o acesso à documentação segue roteiros regionais. O Arquivo do Estado de São Paulo permite o livre acesso de todo o material aos pesquisadores, enquanto o do Rio só permite o trabalho com as pastas temáticas, ficando os prontuários individuais restritos aos mencionados ou suas famílias.

Outros arquivos policiais são importantíssimos para a pesquisa cujo o objetivo é entender a formação social e política da sociedade brasileira e carecem de estudos aprofundados. Nesse sentido, Bertonha (1996, p. 195) esclarece que:

[...] as fontes policiais e judiciárias são riquíssimas para a história social brasileira. Montanhas de papel aguardam os historiadores interessados em manipulá-las e em desencavar preciosas informações sobre a trajetória política e social do Brasil no século XX.

Desse modo, a gestão documental com princípios arquivísticos nesses arquivos policiais assegura a organização, preservação e acessibilidade das informações. Aplicar esses princípios aos documentos permite a recuperação eficiente de dados, facilita a pesquisa histórica e jurídica e garante a integridade e autenticidade dos registros. Além disso, a gestão documental ajuda a proteger a memória institucional.

7 MUSEU DA POLÍCIA MILITAR COMO RESSIGNIFICAÇÃO DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL

Para Le Goff (2003, p. 411) “A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro”, portanto, a memória traz a reconstituição do passado para que sirva como base para a construção da sociedade futura.

A evolução das sociedades na segunda metade do século XX clarifica a importância do papel que a memória coletiva desempenha. Exorbitando a história como ciência e como culto público, ao mesmo tempo a montante enquanto reservatório (móvel) da história, rico em arquivos e em documentos/monumentos, e a aval, eco sonoro (e vivo) do trabalho histórico, a memória coletiva faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando todas pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção (Le Goff, 2017, p. 409-410).

Ao longo da história da humanidade, a necessidade de registrar os acontecimentos do cotidiano surgiu como uma forma de testemunhar eventos e reconstituir o passado através dos documentos com valores administrativos, probatórios e de memória.

Inicialmente, esse registro era feito principalmente pela oralidade, por meio de pinturas rupestres e em suportes de papel, ou seja, de forma textual. Com o avanço das tecnologias, surgiram novas formas de registrar os acontecimentos da sociedade moderna, que divergiam do suporte papel.

Corroborando com essa afirmativa, Silva e Godoy (2017, p. 2775), afirma que "a humanidade, desde seus primórdios, zela pela guarda de sua história. Inicialmente, pela história oral, depois por pinturas rupestres, desenvolvimento da escrita, explosão documental a partir da prensa de Gutemberg e, finalmente, por armazenamento na nuvem" (Rueda; Freitas; Valls, 2011 *apud* Silva; Godoy, 2017).

Na concepção de Britto, Morkarzel, Corradi (2017, p. 161) “coube ao Arquivo manter viva a memória em forma de documentos, evitando o desconhecimento sobre determinada época e/ou civilização.”

Esses arquivos, independentemente do suporte utilizado, exigem uma gestão arquivística adequada para garantir a preservação dos documentos ao longo do tempo, pois contêm informações de natureza técnica, científica e histórica.

Pensar na conservação dos arquivos é essencial para garantir a prova dos atos administrativos, enquanto sociedade organizada, como defende Delmas (2006). Bellotto (2008), por sua vez, aponta que, quando expirada a validade dos atos

administrativos, os documentos não são descartáveis, servindo para uso jurídico e, posteriormente, pesquisa histórica (SILVA; GODOY, 2017, p. 2769).

O Museu da Polícia Militar do Estado da Paraíba foi criado através de decreto Estadual nº19.067 de 27 agosto de 1997 como uma tentativa de resgatar a memória institucional da PMPB, porém sem uma estrutura compatível com a de um museu. Em 2011, a gestão da PMPB realizou várias pesquisas nos batalhões e arquivos públicos para recolher toda a documentação histórica e compor o acervo da instituição. Inicialmente, o museu apresentava alguns documentos internos, fardamentos e aparelhos de comunicação que datam do século XX.

O acervo do museu foi transferido em 2013 para o Quartel do Comando Geral, localizado na Praça Pedro Américo, no centro da cidade de João Pessoa, no Estado da Paraíba, sendo seu acervo exposto para a visita no rol de entrada do Quartel do Comando Geral. Ainda de forma deficitária, porém, já se percebia a preocupação e a necessidade de se ter um espaço adequado para resguardar e divulgar a memória da Bríosa Polícia Militar da Paraíba.

Em 2015, através de um decreto governamental, o Museu da Polícia Militar foi ativado e passou a compor a estrutura organizacional da PMPB.

Figura 6 - Decreto que ativa o Museu da polícia Militar do Estado da Paraíba



Fonte: Diário Oficial do Estado da Paraíba, 2024.

Na Figura 6, o Governador do Estado da Paraíba, Ricardo Vieira Coutinho, por meio do Decreto nº 35.733 de 27 de fevereiro de 2015, ativou e incorporou o Museu da Polícia Militar da Paraíba à estrutura organizacional da PMPB.

Já em 2022, finalmente, o Museu da Polícia Militar foi inaugurado com prédio próprio, localizado no Parque Solon de Lucena, 389 - Centro, João Pessoa - PB. Lima (2004), destaca a formação de uma equipe multidisciplinar conhecedores da história da PMPB, a exemplo do professor Francisco Pereira, especialista na montagem de Museus dessa natureza.

Figura 7 - Museu da Polícia Militar da Paraíba



Fonte: Dados da Pesquisa, 2024.

Na Figura 7, é apresentado o atual Museu da Polícia Militar da Paraíba, situado no Parque Solon de Lucena, número 389, no Centro de João Pessoa, PB. Este museu é dedicado à preservação e exibição da história e do legado da Polícia Militar do Estado da Paraíba. Ele oferece aos visitantes uma visão detalhada das diversas fases da corporação, exibindo uniformes, equipamentos e documentos históricos.

A maioria dos documentos presentes no Museu da PMPB são considerados arquivos especiais, ou seja, documentos que possuem formatos de suporte diferentes do papel convencional. Isso inclui fotografias, materiais filmográficos, gravações sonoras, documentos tridimensionais, entre outros. Esses tipos de documentos requerem uma organização especial,

incluindo registro, controle, conservação e acondicionamento específicos devido à sua natureza diferenciada.

Arquivo especial, segundo Paes (2005, p. 22), é:

[...] aquele que tem sob sua guarda documentos de formas físicas diversas – fotografias, discos, fitas, clichês, microformas, slides, disquetes, CD-ROM – e que, por essa razão merecem tratamento especial não apenas no que se refere ao seu armazenamento, como também ao registro, acondicionamento, controle, conservação, etc.

Já o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, publicado no Arquivo Nacional define arquivo especial como:

[...] Documento em linguagem não-textual, em suporte não convencional, ou, no caso de papel, em formato e dimensões excepcionais, que exige procedimentos específicos para seu processamento técnico, guarda e preservação, e cujo acesso depende, na maioria das vezes, de intermediação tecnológica (Arquivo Nacional, 2005, p. 67).

Dentre os documentos especiais e especializados, destacam-se os documentos tridimensionais, que possuem características diferentes do suporte papel, apresentando três dimensões: comprimento, largura e altura. Esses documentos têm uma natureza simbólica e histórica de grande valor e testemunho (Xavier, 2018, p. 10).

Xavier (2018) esclarece que, para que esses documentos tridimensionais sejam considerados documentos arquivísticos, é necessário que tenham sido produzidos ou recebidos por pessoa física ou jurídica no exercício de alguma função inerente à sua vida e que tenham sido preservados por seu valor informacional.

Nesse sentido, Camargo e Goular (2007, p. 106), entende como documentos tridimensionais:

[...] aquela formada por objetos ou artefatos cuja funcionalidade de origem é, na sua maioria, alheia ao caráter probatório e referencial que assumem a posteriori, sobretudo por sua natureza simbólica, em relação aos demais componentes de arquivo. A manutenção do estatuto documental dos objetos depende, por isso mesmo, do contexto em que foram produzidos ou acumulados.

A seguir apresentamos alguns exemplos de documentos tridimensionais que fazem parte do Museu da PMPB. Esses documentos tridimensionais são testemunhos valiosos da história e da evolução da Polícia Militar da Paraíba, permitindo uma compreensão mais profunda de sua atuação e desenvolvimento ao longo dos anos.

Figura 8 - Armamento utilizado pela PMPB



Fonte: Museu da PMPB, 2024.

Figura 9 - Armamento utilizado pela PMPB



Fonte: Museu da PMPB, 2024.

Nas Figuras 8 e 9, temos exemplos do armamento utilizado pela Polícia Militar da Paraíba ao longo dos anos. Essas figuras ilustram a evolução tecnológica e operacional das armas de fogo empregadas pela corporação em suas atividades de segurança e ordem pública.

Além disso, o Museu da PMPB também abriga arquivos especializados que são documentos resultantes da produção humana e cobrem todas as atividades específicas da área, como os arquivos policiais, médicos, contábeis, jurídicos, entre outros. Esses arquivos exigem os mesmos cuidados dedicados aos documentos especiais, dada a natureza específica e sensível das informações contidas neles.

O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística define arquivos especializados como: “arquivo cujo acervo tem uma ou mais características comuns, como natureza, função ou atividade da entidade produtora, tipo, conteúdo, suporte, ou data dos documentos, entre outras” (Arquivo Nacional, 2005, p. 30).

Figura 10 - Fotografias, jornais e livro das atividades militares da PMPB



Fonte: Museu da PMPB, 2024.

Na Figura 10, encontramos uma variedade de materiais documentais, incluindo fotografias, jornais, coletânea policial, caderneta de assentamentos, estatutos da Polícia Militar

e um livro que registrava todas as atividades policiais. Este livro detalhava como era as punições aplicadas aos militares que transgrediam as doutrinas militares da época.

Figura 11 - Documento histórico datado em 31 de dezembro de 1833



Fonte: Arquivo Histórico Waldemar Duarte, 2023.

Na Figura 11, temos um exemplo de documento histórico que registra a correspondência do comandante do corpo das Guarda Nacionais de Gramame, Manoel Gomes da Silva, para o presidente da província da Paraíba, Antônio Joaquim de Melo, datada de 31 de dezembro de 1833, acusando o recebimento do ofício cobrando relatório de atividades efetuadas pela corporação.

Sendo assim, observamos a importância desses documentos históricos para a memória institucional da Polícia Militar da Paraíba. No entanto, destacamos que este documento e outros estão atualmente no Arquivo Histórico Waldemar Duarte, localizado em João Pessoa. Entendemos que esses documentos deveriam pertencer ao acervo do Museu da PMPB, para melhor preservação e acesso adequado à história e cultura da instituição.

8 PROCEDIMENTOS ARQUIVÍSTICOS A SEREM REALIZADOS PARA A PRESERVAÇÃO DOS DOCUMENTOS PERMANENTES DO MUSEU DA PMPB

Os arquivos de suportes não convencionais, como os arquivos especiais e especializados, possuem particularidades específicas no que diz respeito à preservação e conservação. O tratamento desses arquivos depende do tipo de material produzido, e esses fatores indicam quais procedimentos serão realizados em relação às políticas de gestão e preservação dos acervos.

Para Brito (2012), é fundamental a identificação e caracterização dos suportes, formas e formatos dos arquivos especiais, o que facilita a padronização dos procedimentos de tratamento e organização. Existem também outros critérios a serem observados, como fatores internos, externos, biológicos, climáticos e ambientais que influenciam na tomada de decisão sobre o acondicionamento desses documentos.

Sob o ponto de vista de Paes (2005), os arquivos especiais e especializados estão inseridos no campo da Arquivologia e, por isso, merecem uma atenção especial no que diz respeito ao seu armazenamento, registro, acondicionamento, controle e conservação.

Portanto, a preservação dos documentos permanentes do Museu da Polícia Militar da Paraíba (PMPB) envolve a adoção de procedimentos arquivísticos específicos para garantir sua integridade, acessibilidade e longevidade. A seguir, apresentamos um conjunto de procedimentos arquivísticos essenciais para a preservação do acervo do Museu da PMPB.

a) Identificação e Avaliação

Na concepção de Schellenberg (2006) documentos permanentes são aqueles que possuem valor duradouro, sendo de importância contínua para a administração, a pesquisa ou a preservação da memória histórica, portanto, é necessário realizar um inventário detalhado de todos os documentos permanentes, incluindo descrições, datas e condições físicas. Enfatiza ainda a importância da avaliação documental para determinar o valor e a classificação dos documentos de acordo com sua importância histórica, administrativa, legal e informacional.

b) Organização e Classificação

A organização física dos arquivos permanentes deve ser realizada obedecendo o princípio do respeito aos fundos, o que facilita o acesso e o manuseio. Como expõe Bellotto, 2006, p .127):

[...] é inadmissível, mesmo nos países cujo emprego de tratamento arquivístico adequado a seus acervos documentais administrativos seja recente, que os documentos estejam arranjados por assunto, por ordem cronológica única, por formatos ou suportes matérias da documentação que lhe compete recolher, tratar, custodiar, preservar e divulgar.

A organização sistemática por fundos é crucial para preservar a integridade e o contexto dos documentos. Bellotto (2006) enfatiza que “a agregação em fundos é perfeitamente compreensível em arquivos permanentes, onde o documento sozinho não tem sentido, valendo, isto sim, o conjunto” (Bellotto, 2006, p. 128). Isso significa que a aplicação de um sistema de classificação padronizado facilita a localização e recuperação dos documentos, garantindo que o valor informacional e histórico seja mantido no contexto adequado.

No museu da PMPB, sua documentação história está ordenada em dois salões, ou seja, em dois fundos documentais. Um conta o início do surgimento da Polícia Militar da Paraíba e suas participações em diversos eventos históricos até os meados da década de 30 e o outro mostra as transformações ocorridas na Polícia Militar ao longo de sua trajetória histórica até os dias atuais.

c) Acondicionamento

O uso de materiais de qualidade arquivística são indispensáveis para prolongar a vida útil dos documentos. Utilizar materiais de conservação adequados, como caixas, pastas e envelopes para armazenar os documentos garante a integridade física dos mesmos. O uso do encapsulamento em poliéster ou outros materiais inertes para os documentos frágeis é uma opção eficaz para prolongar a vida útil desses documentos. Para o Manual de conservação do Acervo da Biblioteca Nacional (1993, p. 28) os acondicionamentos são “[...]itens de proteção mais próximos aos documentos, formando uma barreira contra os poluentes, a luz, a temperatura, a umidade relativa, o ataque biológico, e o manuseio.

d) Conservação Preventiva

A conservação preventiva é todo procedimento que garante a preservação dos registros documentais. De acordo com o Manual de conservação do Acervo da Biblioteca Nacional conservação preventiva é:

[...] um conjunto de medidas e estratégias administrativas, políticas e operacionais que contribuem direta ou indiretamente para a conservação da integridade dos acervos e dos prédios que os abrigam. São ações para adequar o meio ambiente, os modos de acondicionamento e de acesso, visando prevenir e retardar a degradação (Manual de Conservação do Acervo da Biblioteca Nacional, 1993, p. 4)

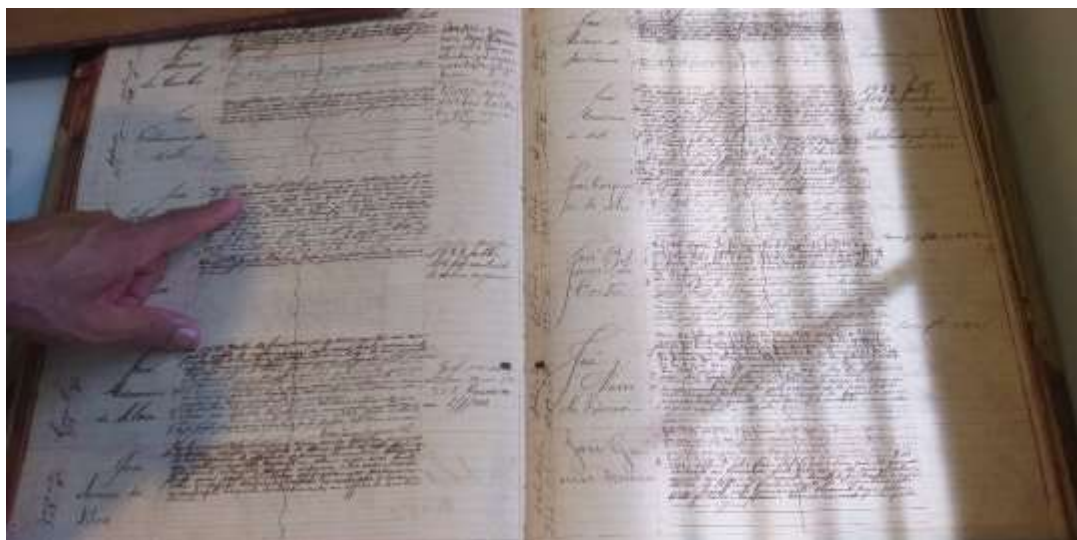
Como expõe Schellenberg (2006) Manter condições ambientais estáveis, controlando temperatura e umidade relativa do ar, são fatores indispensáveis para evitar deterioração dos documentos. Ele explica que a “A poluição do ar bem como outros fatores externos de deterioração, temperatura e umidade desfavoráveis, somente podem ser tratados pelo o uso de aparelhos modernos de ar-condicionado” (Schellenberg, 2006, p. 232).

Outros fatores importantes para o controle ambiental na preservação de documentos são:

- Proteção contra Luz: Limitar a exposição à luz, especialmente à luz UV, que pode causar desbotamento e fragilização dos documentos.
- Proteção contra Pragas: Implementar medidas de controle de pragas para prevenir danos causados por insetos e roedores.

Alguns documentos históricos do Museu da PMPB estão expostos à radiação solar. Essa exposição pode causar danos irreversíveis aos documentos, sendo necessário protegê-los adequadamente. É essencial utilizar vitrines e molduras como vidros especiais que bloqueiem a radiação ultravioleta. Além disso, a utilização de cortinas ou persianas nas janelas das áreas de exposição pode ajudar a controlar a quantidade de luz solar que entra no ambiente.

Figura 12 – Documento histórico da PMPB



Fonte: Museu da PMPB, 2024.

Na figura 11, temos um exemplo de documento histórico exposto à luz solar e às ações humanas. O manuseio frequente, especialmente sem os cuidados adequados, pode resultar em danos físicos, como rasgos, dobras e manchas. Além disso, o contato com a pele pode transferir óleos e sujeiras para os documentos, acelerando sua deterioração.

e) Digitalização

Flores (2018) explica que, com o avanço das tecnologias e da informação, a sociedade contemporânea está, de certa forma, obrigada a se atualizar constantemente. Isso ocorre porque as tecnologias estão em constante mudança, exigindo que a sociedade evolua junto com elas. O autor discute a importância da digitalização como meio de preservação e acesso, mas alerta que essa preservação digital deve atender aos princípios arquivísticos.

A transformação digital está dividida em dois pontos: a inovação sustentada e a disrupção tecnológica. Ele afirma que a inovação tecnológica sustentada é mais aceita por seguir padrões científicos. Por outro lado, a disrupção tecnológica não segue esses padrões, necessitando, portanto, de cuidados na sua adoção (Flores, 2018).

O autor orienta que as transformações digitais no campo da arquivologia e dos arquivos sejam feitas por meio de inovações tecnológicas sustentadas. Flores (2018) aponta alguns problemas na utilização de tecnologias disruptivas no campo da arquivologia, mencionando que elas vêm sendo usadas sem nenhum referencial teórico, como é o caso da digitalização. Na concepção de Flores (2018, p. 77):

[...] os arquivistas precisam ser híbridos e multidisciplinares, ou seja, necessitam trabalhar com documentos analógico e digital, transitar entre essas duas nuances de forma interativa, competente e dinâmica, tendo conhecimento e entendimento de ambas, buscando sempre a inovação sustentada e intervindo nas inovações disruptivas sempre em busca das Normas, das Políticas, dos Padrões, dos Modelos e Requisitos para a Gestão, a Preservação e o Acesso de Documentos Arquivísticos Digitais Autênticos e Confiáveis em uma Cadeia de Custódia Digital Arquivística.”

Sob o ponto de vista de Santos e Flores (2020) os documentos digitais devem ser criados em um ambiente confiável que garantam a produção, tramitação e guarda permanente longe de qualquer tipo de adulteração. Segundo os autores, a cadeia de custódia deve ser ininterrupta, pois caso haja uma falha nesse processo criará dúvidas quanto à confiabilidade na produção desse documento digital.

Para tanto existem requisitos que se forem seguidos garantem a confiabilidade do sistema informatizado no processo de produção, gestão, guarda permanente e acesso dos documentos digitais, como o (e-arq. Brasil). Portanto, esses requisitos são a base para um sistema informatizado de gestão arquivística de documentos (SIGAD). O ambiente digital no tocante aos documentos arquivísticos precisam ser pautados nas normas e requisitos do (E-arq.

Brasil) no que diz respeito ao SIGAD na fase da gestão e na fase da preservação das normas do OAIS em relação ao RCD- ARQ (Santos; Flores, 2020).

f) Manutenção e Monitoramento

- Realizar inspeções periódicas para detectar sinais de deterioração ou danos.
- Manter registros detalhados de todas as ações de conservação e intervenções realizadas nos documentos.

g) Acesso e Segurança

Para garantir o acesso e a segurança do acervo documental do Museu da PMPB, é necessário implementar políticas de acesso que equilibrem preservação e utilização. Portanto, dois pontos fundamentais para garantir o acesso e a segurança dos documentos são:

- Controle de Acesso: Estabelecer políticas de acesso que garantam a proteção dos documentos, limitando o manuseio físico aos profissionais treinados.
- Segurança: Implementar medidas de segurança física e digital para proteger os documentos contra roubos, vandalismo e acessos não autorizados.

O acesso e a segurança do acervo do Museu da PMPB são realizados pelos próprios integrantes do museu. No entanto, alguns documentos históricos necessitam de medidas mais rigorosas no que diz respeito à sua proteção. Um exemplo disso é a necessidade de uma proteção de vidro para proteger esses documentos históricos. Essas medidas não apenas protegem os documentos de danos físicos e ambientais, mas também aumentam a segurança contra roubos e vandalismo, assegurando que essas peças históricas permaneçam preservadas para as futuras gerações.

h) Treinamento e Capacitação

O treinamento e a capacitação de toda a equipe que pertence ao Museu da PMPB é fator indispensável para a conservação e preservação do acervo, assim, como uma mudança de cultura em relação a todos os envolvidos no que diz respeito a importância dos procedimentos adotados na instituição relativos à conservação e preservação dos documentos permanentes. Nesse sentido, Ordovás e Steindel (2017, p. 5) afirmam que “elaborar capacitação para os funcionários e usuários que os instrua das formas correta de lidar com estes tipos de acervos, tornando-os assim agentes de preservação”. Portanto, Implementar um programa de

capacitação contínua e fomentar uma cultura de preservação dentro do museu são passos fundamentais para garantir a integridade e a longevidade dos documentos históricos.

Os militares pertencentes ao Museu da PMPB recebem capacitações específicas quanto aos procedimentos no manuseio e conservação do acervo documental. Essas capacitações são essenciais para garantir que os documentos e artefatos históricos sejam preservados de maneira adequada e possam ser acessados por futuras gerações.

i) Criação de manuais e Procedimentos

Para garantir a preservação dos documentos permanentes no Museu da Polícia Militar da Paraíba (PMPB), é necessário adotar procedimentos arquivísticos específicos. Estes procedimentos devem ser baseados em manuais e políticas de preservação que padronizam as ações referentes ao acervo permanente. A criação de manuais e procedimentos escritos que descrevam as práticas de preservação adotadas é fundamental, pois documentar todas as etapas do processo de preservação serve como referência futura e garante a continuidade das práticas. Sob o ponto de vista de Ordovás e Steindel (2017):

A política de preservação é uma ação superior que engloba o desenvolvimento e implantação de planos, programas e projetos diversos. Cabe a ela, definir objetivos, limites e diretrizes, que vão configurar uma linha de trabalho institucional. Está associada, por sua vez, a outras políticas institucionais, como política de aquisição e descarte, política de segurança, política de captação de recursos etc (Lino; Hannesch; Azevedo, 2007 *apud* Ordovás; Steindel, 2017, p. 6).

Sendo assim, a padronização dos procedimentos no acervo do Museu da Polícia Militar da Paraíba é essencial para garantir que as funções arquivísticas sejam realizadas de forma eficaz e precisa. Esse processo envolve a criação e implementação de normas e diretrizes que orientem todas as atividades relacionadas ao gerenciamento de documentos e objetos históricos do museu.

j) Aquisição e Controle

A preservação dos documentos especiais e especializados começa no momento da aquisição desses materiais. Existem procedimentos rigorosos a serem adotados no recebimento e controle, visando garantir a preservação e a integridade dos documentos. É essencial verificar a integridade e as condições dos materiais recebidos, assegurando que estejam em bom estado e adequados para preservação a longo prazo. Esse processo é realizado pela própria gestão do Museu da PMPB, mas destacamos a importância do papel do arquivista nesse processo.

1) Difusão

Acreditamos que o Museu da PMPB tem um papel importantíssimo para resgatar a memória institucional da Polícia Militar da Paraíba. Portanto, para que a comunidade possa ter acesso à história da PMPB, é necessário adotar estratégias que facilitem o acesso a essas informações. Para isso, o museu deve fazer parte do cotidiano das pessoas adotando procedimentos e programas padronizados para a difusão. Segundo Bellotto (2006, p. 209), “o primeiro passo é que o arquivo seja reconhecido, faça parte do cotidiano da leitura dos jornais: um dia o cidadão aparece, por curiosidade ou por outro motivo qualquer. Fez-se mais uma conquista. O arquivo tem mais um amigo. [...]”

Esse processo de divulgação é realizado pelo Museu da PMPB através das plataformas das redes sociais como Facebook, Instagram, e YouTube a fim de alcançar um público amplo e diversificado. Além disso, o museu participa de feiras culturais, festivais e outros eventos comunitários, levando partes do seu acervo para exibição externa. Isso amplia o alcance do museu e atrai novos públicos que podem não estar familiarizados com a instituição.

Na concepção de Trota (2021), adotar objetivos, planejamento, organização financeira, equipes capacitadas, definições de responsabilidades e indicadores que avaliem se essas ações estão sendo positivas são necessários para que a difusão dos arquivos tenha seus objetivos alcançados, isto é, que seja conhecida e visitada pelas pessoas. Do contrário, os arquivos e museus, sem essas ações de divulgação, poderão ser apenas um lugar de depósito de informações sem nenhuma importância.

Destarte, do ponto de vista arquivístico, um acervo pode perder grande parte do seu valor quando não recebe ações de difusão e divulgação. Sem um bom programa de difusão, os arquivos correm o risco de se tornarem apenas depósitos de papel ou de informações desconexas, como no caso de arquivos nato digitais (Trota, 2021, p. 53).

Seguindo esses procedimentos arquivísticos, esperamos que o Museu da PMPB possa assegurar a preservação a longo prazo de seus documentos permanentes, mantendo-os acessíveis e protegidos para as gerações futuras.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da Polícia Militar da Paraíba (PMPB) é rica e multifacetada, refletindo a evolução das forças de segurança e seu papel na sociedade paraibana. A preservação dos documentos permanentes pertencentes ao Museu da Polícia Militar da Paraíba é de vital importância para garantir a memória institucional e histórica dessa corporação.

O Museu da Polícia Militar da Paraíba (PMPB) desempenha um papel crucial na preservação da memória institucional e histórica da Polícia Militar do Estado da Paraíba. Através da adoção de procedimentos arquivísticos específicos, a instituição pode garantir a integridade, acessibilidade e longevidade dos documentos permanentes que compõem seu acervo. Além disso, a utilização de materiais de qualidade arquivística é crucial para prolongar a vida útil dos documentos.

A capacitação contínua da equipe, é indispensável para a correta implementação dessas práticas. A preservação de documentos especiais e especializados, que possuem suportes diversos como fotografias, filmográficos e tridimensionais, requer uma gestão rigorosa e padronizada. A criação de manuais e procedimentos escritos, juntamente com políticas de preservação institucionalizadas, são ações necessárias para padronizar e documentar todas as etapas do processo de preservação.

Portanto, seguindo as diretrizes e teorias dos principais autores da Arquivologia, o Museu da PMPB pode assegurar a preservação a longo prazo de seu acervo documental, mantendo-o acessível e protegido para as gerações futuras. A implementação dessas práticas, baseada em conhecimentos consolidados, proporciona uma gestão eficaz dos arquivos históricos, contribuindo significativamente para o resgate e preservação da memória institucional da Polícia Militar da Paraíba.

O arquivista deve dominar as técnicas necessárias para lidar de forma eficiente com todo tipo de suporte, pois é de sua responsabilidade gerir de forma correta todos os documentos, independentemente do suporte. Esse conhecimento sobre os tipos de materiais o auxiliará no momento da avaliação documental.

Um ponto importante encontrado pelo arquivista é o desafio de conscientizar as entidades produtoras dos documentos, sejam elas privados ou públicos, sobre a importância do arquivista no gerenciamento documental, não apenas dos documentos em suporte papel, mas também de todos aqueles que não são registrados em suporte convencional. Estes também possuem informações relevantes de cunho técnico, de prova e de memória da instituição.

É importante destacar as dificuldades encontradas na realização da pesquisa documental isso devido à falta de fontes fidedignas sobre os arquivos policiais. Foi identificado também que muitos documentos históricos da Polícia Militar da Paraíba estão em outros arquivos. Sugiro que toda essa documentação seja catalogada e transferida para o Museu da Polícia Militar da Paraíba, após as devidas medidas legais, para que a memória institucional seja preservada e custodiada pela própria Polícia Militar da Paraíba. A centralização desses documentos no museu facilitaria o acesso para pesquisas futuras, promovendo uma gestão mais eficiente e a valorização do patrimônio histórico da instituição.

Novas pesquisas poderão ser realizadas sobre a participação da Polícia Militar da Paraíba em guerras e revoltas ocorridas no século XIX e como essa documentação está sendo preservada, a fim de contribuir para a imagem da instituição, cuja função é a manutenção da ordem pública e a proteção dos direitos e liberdades da sociedade paraibana.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL. (Brasil). **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

AZEVEDO, Erika Ferreira de. A polícia e suas polícias: clientela, hierarquia, soldado e bandido. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 37, p. 553-564, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/HrFNJvYYqDFntsyMRNpktMr/>. Acesso em: 14 jun. 2024.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos Permanentes: tratamento documental**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

DE BRITO, Luciana Souza. Arquivos especiais: caracterização e identificação dos suportes, das formas e dos formatos. **PontodeAcesso**, v. 6, n. 1, p. 126-155, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/4970>. Acesso em: 14 jun. 2024.

BERTONHA, João Fábio. Os arquivos policiais e judiciários: fontes para a história social e política brasileira no século XX. **História Social**, n. 2, p. 193-195, 1995. Disponível em: <https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/rhs/article/view/83>. Acesso em: 12 jun. 2024.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 03 jun. 2024.

BRETAS, Marcos Luiz; ROSEMBERG, André. A história da polícia no Brasil: balanço e perspectivas. **Topoi**, v.14, n. 26, p. 162-173, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/DHMRHs7m6cVjgrpqYzN8NYh/>. Acesso em: 03 jun. 2024.

BRITTO, Augusto César Luiz; MOKARZEL, Marisa de Oliveira; CORRADI, Analaura. O arquivo enquanto lugar de memória e sua relação com a identidade. **ÁGORA: Arquivologia em debate**, [S. l.], v. 27, n. 54, p. 158- 182, 2017. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/640>. Acesso em: 27 maio. 2024.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. **Tempo e Circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais: procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de Fernando Henrique Cardoso**. Disponível em: <https://fundacaoofhc.org.br/publicacoes/tempo-e-circunstancia-a-abordagem-contextual-dos-arquivos-pessoais>. Acesso em: 09 maio. 2024.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Os arquivos da polícia política brasileira. Uma alternativa para os estudos de História do Brasil Contemporâneo**. PROIN (Projeto Integrado) Arquivo Público do Estado e Universidade de São Paulo, 2005. Disponível em: https://www.usp.br/proin/download/artigo/artigo_arquivos_policia_politica.pdf. Acesso em: 03 jun. 2024.

FRANÇA, Fabio Gomes de. **Polícia foi criada para controlar pessoas negras e pobres, diz capitão da PM**. Portal Geledés, 2021. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/policia-foi-criada-para-controlar-pessoas-negras-e-pobres-diz-capitao-da-pm/>. Acesso em: 02 jan. 2024.

FLORES, Daniel. Transformação digital por inovação sustentada ou tecnologias disruptivas em arquivos. *In*: CAMPOS, Maria Luiza de Almeida *et al.* (org.). **Produção, Tratamento, Disseminação e uso de Recursos Informativos Heterogêneos: diálogos interdisciplinares**. Niterói: IACS/UFF, 2018. p. 71-79. Disponível em: <https://www.ppgci-uff.com.br/wp-content/uploads/2022/02/PPGCI-VSEI-livro5-1.pdf#page=72>. Acesso em: 22 maio. 2024.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LAKATOS, Eva Maria, MARCONI; Marina de Andrade. **Fundamentos Metodologia Científica**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5. ed. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2003. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7679472/mod_resource/content/1/Hist%C3%B3ria-e-Mem%C3%B3ria.legoff.pdf. Acesso em: 15.jun. 2014.

LIMA, João Batista de. **A Briosa: história da PMPB**. João Pessoa. 2000. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/slideshow/historia-da-pmpb-250446928/250446928>. Acesso em: 09 maio. 2024.

ORDOVÁS, Gleide Bitencourte José; STEINDEL, Gisela Eggert. Políticas de Preservação do Acervo de Obras Raras da BU/UFSC: um estudo. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO-FEBAB, 28., 2017. **Anais [...]**. Disponível em: file:///C:/Users/Pessoal/Downloads/febab,+XXVIIICBBDD_artigo_0214.pdf. Acesso em: 23 maio. 2024.

PEREIRA, Luciana Lombardo Costa. **Nos arquivos da polícia política: reflexões sobre uma experiência de pesquisa no Dops do Rio de Janeiro**. 2014.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo: teoria e prática**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

PARAÍBA. Constituição do Estado da Paraíba. João Pessoa: Grafset, 1989.

TAVARES, Eurivaldo Caldas. **Polícia Militar da Paraíba: sua origem e evolução**. João Pessoa: Grande Gráfica e Serviços, 1980.

TROTTA, Luís Felipe Dias. Difusão de acervos arquivísticos. **Memória e Informação**, v. 5, n. 2, p. 50-66, 2021. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/168944>. Acesso em: 05 jun. 2024.

SANTOS, Henrique Machado dos; FLORES, Daniel. Cadeia de Custódia Digital Arquivística. **LexCult: revista eletrônica de direito e humanidades**, [S.l.], v. 4, n. 2, p. 108-139, 2020. Disponível em: <https://www.google.com/search?> Acesso em: 27 maio. 2024.

SCHELLENBERG, Theodore R. **Arquivos Modernos: princípios e técnicas**. 6.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SPINELLI, Jayme; BRANDÃO, Emiliana; FRANÇA, Camila (org.). Manual de Conservação do Acervo da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2011. Disponível em: <https://folivm.com.br/wp-content/uploads/2011/04/manual-an-bn-cnj-2011-c3baltima-versc3a3o-2p-folha.pdf>. Acesso em: 27 maio.2024.

SILVA, Daniele Augusta dos Santos; GODOY, Emília Soares da Silva. O arquivo na construção da memória institucional. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 13, p. 2767–2778, 2017. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/912>. Acesso em: 07 maio. 2024.

XAVIER, Angela Maria. **Representação descritiva em objetos tridimensionais: perspectiva arquivística**. 2018. 28p. Trabalho de Conclusão do Curso (Graduação em Arquivologia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018. Disponível em: <https://www.ufpb.br/arqv/contents/documentos/231AngelaMariaXavier.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2024.